TEXTO PARA DISCUSSÃO

2170

Rio de Janeiro, fevereiro de 2016

SUMÁRIO EXECUTIVO

A ESTABILIDADE DA DESIGUALDADE NO BRASIL ENTRE 2006 E 2012: RESULTADOS ADICIONAIS

Marcelo Medeiros
Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea; e professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB).

Pedro H. G. F. Souza
Técnico de planejamento e pesquisa da Disoc/Ipea.

Neste trabalho, foram produzidos resultados adicionais aos de estudos anteriores (Medeiros, Souza e Castro, 2015a; 2015b; 2015c) para avaliar a hipótese de estabilidade da desigualdade de renda entre indivíduos adultos no Brasil entre 2006 e 2012. Para analisar-se a sensibilidade das distribuições a mudanças na população considerada, foram testadas alternativas, tais como: exclusão de indivíduos com rendimento igual a zero; exclusão de parte da base ou do topo da distribuição; e alteração da metodologia utilizada para corrigir a subestimação da renda no topo pelas pesquisas amostrais.

As modificações na metodologia não alteram os resultados principais dos estudos anteriores, os quais apontam na direção de três conclusões principais.

Primeiro, a estabilidade no comportamento da desigualdade não se limita ao comportamento da renda concentrada no 1% mais rico. Ela também é observada na desigualdade total, mesmo quando se usam várias medidas de desigualdade diferentes, inclusive os índices de Theil e Gini.

Segundo, os ricos afetam muito mais a tendência da desigualdade que os pobres. A estabilidade não é fortemente afetada pela exclusão de adultos de baixa renda, ou mesmo sem rendimento, nos cálculos. É provável que haja subestimação das rendas mais baixas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas ela precisaria ser muito grande – a ponto de comprometer seriamente seu uso para outros fins, como o estudo da pobreza – para produzir uma queda sistemática da desigualdade.

Terceiro, as conclusões não parecem ser um resultado artificial de dados e métodos. Diferentes tabulações da Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF), diferentes métodos de cálculo da desigualdade total, com e sem o uso da Pnad, e distintos denominadores de renda levam a resultados convergentes: nível mais alto que o medido nas pesquisas domiciliares; estabilidade; e grande importância dos ricos para explicar a desigualdade entre 2006 e 2012.

Os vários testes apontam um resultado que parece ser importante, mas para o qual ainda falta uma explicação adequada: o comportamento da desigualdade observado nas edições da Pnad muda de direção quando os dados do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) são utilizados. Isto sugere a possibilidade de que os determinantes do nível de renda para a população mais baixa sejam diferentes dos determinantes dos rendimentos dos mais ricos. Em outras palavras, há alguma evidência de que aquilo que explica a pobreza e o centro da distribuição não explica bem a riqueza. Por óbvio que possa parecer, isto indica que é preciso reavaliar algumas das conclusões das pesquisas sobre a desigualdade existentes. No entanto, este é apenas um indício. Sua interpretação deve ser feita com cautela. Ainda são necessárias mais evidências para se ter segurança sobre esta conclusão, pois dados tributários são registros administrativos que não foram desenhados com o propósito de serem

usados em pesquisa. Sua combinação com dados de pesquisas domiciliares que usam definições de renda e períodos de referência distintos não é isenta de riscos.

REFERÊNCIAS

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. A. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, n. 20, p. 971-986, 2015a.

_____. O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012. **Dados** – revista de ciências sociais, v. 1, n. 58, p. 7-36, 2015b.

_____. Top incomes in Brazil: preliminary results. **Economics Bulletin**, v. 35, n. 2, p. 998-1004, 2015c.

SUMÁRIO EXECUTIVO